

---

---

# Politica



1 9 3 1

---

---

ANO II

N.º 19

REDACTORES { *D. Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.)  
*F. P. d'Almeida Langhans*  
*Miranda da Rocha* (F. D. U. C.)  
*M. Pinto Barreto* (F. E. U. P.)

EDITOR — *Nicolau Monteiro* (F. D. U. L.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.<sup>a</sup> (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

**Tip. Augusto Costa & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup> — Largo do Barão de S. Martinho — BRAGA**

## SUMARIO

Mensagem dos estudantes monarchicos de Portugal nos estudantes de Espanha . . .	
a pseudo-ideia do Progresso Necessário . . .	<i>Franz-Paul LANGHANS</i>
Pragmática de D. João V . . . . .	<i>Abrantes TAVARES</i>
Jacinto, Príncipe da Grã-Ventura . . . . .	<i>Abílio PINTO DE LEMOS</i>
«Do Valor e Sentido da Democracia» . . .	<i>Carlos PROENÇA</i>
Integralismo Lusitano . . . . .	
ao ritmo de ampulheta . . . . .	

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro. . . . .	20\$00

Numero avulso 1\$50

**José Guilherme Ayala Monteiro**

ADVOGADO

Rua dos Douradores, 72, 3.º D.

Telefone C. 909

**Artur de Campos Figueira**

ADVOGADO

Rua Nova do Almada, 54, 2.º

TELEFONE CENTRAL 3024

L I S B O A

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director: ANÍLIO PINTO DE LENCOS

Redactor-principal: A. DO AMARAL PYREAIT (F. D. U. L.)

---

Lisboa, 5 de Março de 1931

---

## Mensagem dos estudantes monarquicos de Portugal aos estudantes de Espanha

A sagrada fronteira que politicamente nos separa e espiritualmente nos une, proíbe-nos uma organização política comum, mas impõe-nos uma estreita solidariedade espiritual.

Hoje temos a honra de vos dirigir estas linhas para vos propor um modo de realização desta tão necessaria solidariedade.

Parece-nos que ele deverá consistir no seguinte:

1.<sup>o</sup> — Compararmos os grandes mandamentos da genuína politica espanhola e da genuína politica portuguesa.

2.<sup>o</sup> — Inscrevermos com alegria nas nossas bandeiras os principios universais da civilização humana e cristã que este confronto nos venha revelar.

Nesta ordem de ideias, começaremos por vos dizer o que somos. Somos portugueses monarquicos, isto é, nacionalistas e tradicionalistas.

Não somos só nacionalistas, porque o nacionalismo por si só é uma heresia social, sem o tradicionalismo que é o seu natural complemento.

Procuramos assim seguir um critério de integra sociabilidade no justo equilibrio das relações de coexistência com as relações de sucessão.

Mas a relação social vale menos que o sujeito da mesma ou seja a nobre pessoa humana, definida pela raça, completada pela familia, espiritualizada pela Religião. Para que a integra pessoa humana se desenvolva

plenamente segundo os desígnios de Deus em frutos de civilização universal, a relação social tem que servir-lhe de meio de protecção. E a suprema forma desta benéfica relação social é a Monarquia Nacional Cristã.

Pugnamos pela Monarquia como a forma de governo menos imperfeita que se conhece, e nela reconhecemos as vantagens da unidade, da continuidade, da intenção nacional, da competência, da imparcialidade e da energia — qualidades que comunica a função do Governo Supremo. Achamos preferível o governo presidido pela realidade duma pessoa com todas as suas faculdades humanas — apesar dos seus possíveis defeitos — colocada num plano supremo, acima dos interesses de partidos, ao governo de um Parlamento, pessoa fictícia, desprovida de memória, de inteligência e de vontade reais.

Pensamos que o Rei assistido pela consulta das Côrtes Gerais dos Municípios, das Corporações e das Entidades Culturais, deve governar livremente na sua esfera própria de atribuições, que é a função governativa suprema e a fiscalização, coordenação e substituição eventual dos corpos autónomos nacionais.

A nobreza, aberta e renovável, adstrita a uma função social, é um órgão necessário do Estado.

Entre o Rei e a Família está a Nação, orgânica e descentralizada através dos vários graus corporativos e dividida nas três ordens do económico, do político e do espiritual, que em conjunto formam a suprema gerarquia: primeiro o espiritual, depois o político e por ultimo o económico.

Diante da Nação, em nosso entender, está a Anti-Nação.

E assim como a Nação tem os três braços da Riqueza, da Ordem e do Espírito, assim a Anti-Nação tem os três braços contrários: a Maçonaria que dissolve a unidade espiritual da Nação, os Partidos políticos que dissolvem a sua unidade política e o Materialismo económico ou plutocrático ou socialista, que dissolve a sua unidade económica.

Estas tres formas da Anti-Nação, principios de dissolução nacional, estão fora da lei, devem ser combatidas sem quartel.

Esta é a fórmula do nacionalismo tradicional que a geração portuguesa que viu a agonia do Parlamentarismo Monárquico e a aurora do Parlamentarismo Republicano: esta é a formula, dizíamos, que a geração portuguesa, jovem e da vanguarda, soube deduzir do estudo da Sciência politica moderna, da História de Portugal, e, sobretudo, da experiência dolorosa do último século.

Vemos nesta fórmula não só o rejuvenescimento da Tradição portuguesa, como também o melhor caminho para o Estado Novo e moderníssimo, no seu duplo fundamento de Autoridade publica e de Liberdade corporativa.

Desejariamos agora saber qual é o vosso nacionalismo, expressão do passado e gestação fecunda do futuro, queremos dizer, qual é no vosso conceito a *vera-efigie* política da "Espanha espanhola".

Proclamemos agora a nossa negação do internacionalismo político e a nossa afirmação do internacionalismo cultural. Para nós, a diferenciação dos tipos nacionais é a base estática da civilização humana, e a emulação entre eles, o seu factor dinâmico.

É a própria limitação do nosso planeta que impõe que, normalmente, se detenha a trajetória ascensional dos agrupamentos políticos no escalão da forma orgânica «nações». Porque um Imperio universal político, na sua *solitária* unidade, sem a concorrência compensadora da variedade de Estados, poderia ser o perigo máximo para a sagrada autonomia da pessoa humana.

Isto não contradiz, pelo contrário, favorece a unidade espiritual do género humano, cuja base mais forte e condição de mais rica complexidade é a pluralidade material das Nações. Assim como a Família e a Corporação defendem a pessoa humana contra o Estado, assim também o Estado a defende contra os outros Estados; e os outros Estados a defendem contra o seu próprio Estado; e todos a defendem contra o perigo máximo de um Estado único, invencível em poder, irresistível em corrupção.

Esta questão que á primeira vista pode parecer de pura especulação, contem, em nosso entender, o drama do momento histórico presente.

É visível, com efeito, o avanço de uma nova barbaria, impulsionada pelo conhecido fenómeno social da insurreição das *massas*, derivado da característica moderna de uma cada vez maior densidade social.

As sociedades vão-se convertendo em bárbaras multidões que se apresentam sob dois tipos bem definidos:

Se para chegar á Cidade da Utopia marcham pelo caminho da «Liberdade», são a horda anárquica e tumultuosa, o hiper-individualismo sem regra nem moral, a luta de todos contra todos, ainda que disfarçada sob a aparência de uma ordem civilizadora;

Se para chegar á Cidade da Utopia tomam pelo caminho da «Igualdade», são «a horda que avança em massa compacta de rebanho, de focinhos abaixados para a raça comunista, em promiscuidade infame de corpos, com as consciências mortas pelo ateísmo e os dentes rilhados em odio destruidor de toda a civilização».

Na verdade, já se avistam nos horizontes do mundo os sinais poderosos dos dois Impérios bárbaros que tendem ao dominio planetário pela desnaturalização da pessoa humana:

O Império capitalista-liberal-maçóico.

O Império bolchevista-escravizador-ateu.

Ambos blasfemam de progresso e de vida moderna. Mas o primeiro tende, como ultima consequência lógica, á destruição do individuo pela sua propria hipertrofia, «pelo malthusianismo suicida, pela guerra total aniquiladora, pelo hiper-criticismo destruidor da intelligência».

O segundo chega naturalmente «á destruição do homem pela sua escravização absoluta, obrigado a entregar á colectividade os elementos necessários da sua personalidade: a sua terra, a sua mulher e os seus filhos, a sua propria consciência».

Felizmente, não há que desesperar ainda do homem nem da civilização.

Em frente dos dois grandes inimigos do género humano que denunciámos, surge o poderoso florescimento dos nacionalismos que não são como muitos julgam equivocadamente, um cego e instintivo movimento de massas, um obscuro fanatismo de estatolatria, mas meramente uma manifestação, daquela violência razoável e licita, que por necessidade protege e defende todos os frutos da civilização, todos os tesouros da cultura.

Têm defeitos o nacionalismo italiano, o nacionalismo francês, o nacionalismo alemão.

Não será, talvez, um providencial destino nosso, que nós, tanto portugueses como hespanhois superemos as fórmulas dos outros nacionalismos, oferecendo o modelo de um nacionalismo que seja integralmente humano e cristão?

O fenómeno nacionalista deve generalizar-se, aperfeiçoando-se sempre, no coração da Europa e em todos os países latinos. Que todos esses nacionalismos constituam um modelo da verdadeira civilização profundamente consciente dos seus princípios básicos e da sua finalidade.

Neste sentido já o *fascismo* foi uma grande conquista. Com a sua irradiação na Europa central, tende a constituir-se um bloco que defenderá a civilização contra o duplo perigo bolchevista e capitalista. E é possível que as Nações de forma capitalista ou bolchevista a fórmula fascista se venha a impôr, para que possam liquidar a sua bancarrota social e política.

A politica internacional dos varios nacionalismos deve ser, pois, em nosso entender, uma orientação que tenda ao internacionalismo da cultura, mas contrária ao internacionalismo politico; defensora da coexistencia pacifica das nações civilizadas contra os Imperialismos absorventes.

E cabe talvez á Península a alta missão de exemplificar esta fórmula internacional num futuro sistema de relações entre a Espanha espanhola e o Portugal português!

Em resumo, eis a essência do nosso apêlo:

Desenvolvamos paralelamente, até á plenitude, o nacionalismo espanhol e o nacionalismo português; nacionalismos, porém, que sejam perfeitamente humanos e cristãos e assim reforcem, no amplo sector da nossa influencia racial, a defesa da civilização. E sobre este paralelismo, analogo ao da Reconquista, muito longe da utopia ultrajante da União Ibérica e de outras maquinações maçónicas, apostolizadas pelos piores hespanhois, como pelos piores portugueses, sabemos criar uma solidariedade espiritual, e de cultura, que seja o inicio das soluções para o grande problema de organização — que só espiritualmente é possível — da espécie humana, chegada ao seu ponto de maturação.

Aqui findamos a exposição da nossa visão portuguesa do problema nacional e internacional. E ficamos agora com desejo da vossa prezada resposta, para nós tão proveitosa e tão grata; das palavras que podem ser



ção fecundas e decievias, e que vos pedimos pronuncieis sem tardar, expressando nelas o vosso glorioso e integro espanholismo.

Fevereiro de 1931.

**As Juntas Escolares de Lisboa, Coimbra e Porto  
do Integralismo Lusitano**

- a a) *José Centeno Castanho*  
*João Eugénio Valentino de Sá*  
*António Maria do Amaral Pyrrait*  
*José Q. da Fonseca*  
*Francisco Dutra Faria*  
*Abílio Pinto de Lemos*  
*Agostinho Cardoso*  
*António Pinto Coelho*  
*Fernão de Ornelas*  
*Francisco J. da Cunha Leão*  
*Nicolas Monteiro*  
*Carlos Cortez*  
*José Domingos Garcia Domingues*  
*Franç-Paul Langhans*  
*António de Souza Rego*  
*Manuel Gomes* (Barra de Oliveira)  
*João Ubach Chaves*  
*José Luis Saramago*  
*António Joaquim Ruano Pera*  
*Bernardino Rodrigues*  
*Alberto Alexandre Pestana de Ornelas*  
*Humberto de Abreu Bettencourt Sardinha*  
*José Maria Miranda da Rocha*  
*João Cerveteira Pinto*  
*Manuel da Costa Pinto Barreto*  
*Carlos Soares de Magalhães*  
*Antonio Caelano Moutinho*  
*Arnaldo Allegro da Magalhães*  
*P. Amorim da Costa Junior*  
*Eduardo da Cunha S. Navarro e Castro.*

## a pseudo-ideia do Progresso Necessário

**E**XISTE nas doutrinas revolucionárias um sistema de ideias, ideias símbolos, que têm o dom de enfeitiçar as multidões, pelo sugestivo da sua fonética, pelo prestígio da aura em que as envolveram, dando-lhes sentido mágico, quasi sobrenatural e emprestando-lhes uma mística que até, se fosse possível, *non propter factos enganarias*.

Igualdade dos homens, Soberania do Povo, o Povo, Progresso Necessário e indefinido etc., são exemplos das tais ideias símbolos, ideias mitos, engrandecidas pela inicial maiúscula do termo, deificadas nos salões literários do século XVIII e nas sociedades de pensamento — que foram as verdadeiras câmaras genéticas de toda a mitologia demo-liberal — concebidas, através dos tempos, desde a Reforma até à Revolução francesa e propagadas depois pelo mundo com as invasões napoleónicas.

Mas se na lógica revolucionária, as ideias de Igualdade, Liberdade, Soberania do Povo, têm a sua razão de ser, se a Reforma e a Revolução Francesa marcam dois passos decisivos na vida da humanidade, descobrindo novos horizontes, é porque existe uma lei primordial, uma lei incontestada: a lei da mutabilidade, a lei fatal do Progresso, Progresso indefinido e necessário. Pois bem, é nesta lei do Progresso — pedra angular do templo dos novos mitos — que se encontra a grande mystificação. Vejamos:

Intrinsicamente a matéria está animada dum desejo, dum apetite *in potentia*, dum apetite pela forma que, mal seja satisfeito torna a aparecer numa ânsia do novo, do que ha-de vir. Pela análise apriorística deste movimento universal, a matéria, ao integrar-se na forma, cresce, desenvolve-se, adquire o definitivo, acaba-se seguindo uma trajectória de aperfeiçoamento segundo o principio da mutação a que está sujeita como tal. Mas se raciocinarmos com mais profundidade, vemos que o movimento de transformação se reduz só à matéria e à forma e ao desejo continuo daquela por esta em sucessiva alteração e nunca no sentido do perfeito absoluto, como querem os ideólogos do Progresso indefinido, porque acatando o erro da sua própria metafísica, consideram a natureza humana em abstracto, afastam-na da sua realidade e aproximam-na dum modelo impercivo e falso. É o erro de Lutero ao apresentar o homem mais individuo e menos pessoa, mais affectivo que espiritual, o homem visto através das actividades materiais e extrinsecas. É o erro de Descartes ao querer observar todos os phenomenos pela sua metodologia deductiva, só aceitável no campo das mathematicas. É por fim, o erro de Rousseau ao considerar o homem na sua natureza paradisíaca. Avaliando as coisas humanas pela feição ideologica de conceitos formulados fóra do campo do real, a philosophia revolucionária arma-se em religião e dogmatiza as suas ideias. Não existe movimento em escala ascensional, automático e continuo, para a Perfeição, mas a tendência da alma humana se fixar no Infinito, o que se alcança ou não conforme os me-



tecimentos, segundo o valor moral da personalidade. Ouçamos o que nos diz Maritain: *Se a alma humana não encontra repouso em nenhuma coisa criada, não é porque seja feita para mover-se continuamente, mas porque é feita para fixar-se no Infinito.* (1)

Abrangendo tôdas as actividades, morais e materiais, éticas e dinâmicas, a lei do Progresso Necessário e indefinido, torna-se de tanto em tanto, mais falsa e incoerente, quanto mais desbravarmos o mundo real dos artificios com que o conseguiram mascarar os sofistas do neo-paganismo. Na sua universalidade a lei do Progresso é falsa porque na esfera do moral, a transformação do pior para o menos pior e do menos pior para o melhor, não se dá conforme uma lei permanente e uniforme, mas por um acto de vontade independente do tempo, isto é, conquanto as condições materiais encontrem melhoria, pelo conhecimento progressivo dos fenómenos, as condições morais não recebem impulso, antes pelo contrário, enfraquecem-se, debilitam-se, à medida que a matéria vai absorvendo as actividades.

Exemplificando: a intensa industrialização que se vêem acentuando de há um século para cá, sendo um incontestável progresso de ordem material, trouxe no entanto uma desenfreada corrupção de costumes, que ninguém poderá negar perante factos concretos como essa onda de egoísmos que não encontra limites, como essa ganância desmedida do ganho, que transformava os grandes centros em autênticos campos de batalha das mais baixas paixões humanas. Perante a revolução acabou com a tirania e foi a própria revolução que trouxe a pior das tiranias, a tirania do dinheiro, a tirania do lucro, causadora da luta das classes; quis a revolução acabar com a opressão e foi ela que a desencadeou de uma maneira nunca vista, pela exploração das classes trabalhadoras; quis a revolução nivelar os homens e dividiu-os em dois grupos antagónicos: os do dinheiro e os do trabalho. Se o Progresso veio com a revolução, que Progresso é esse que suscita os ódios mais ferozes dos homens, levando uns contra os outros, num combate feroz, catastrófico? Se a ideia-Progresso implica convulsão sangrenta, que bem adveio ao mundo caminhando na sua senda? Ah! como é frágil e bem frágil o alicerce de todo o doutrinarismo demo-liberal que à mais leve análise dos episódios sociais ocorridos durante o seu império, cai por terra desmantelado ante a crítica de uma inteligência clara. Chegadas a esta altura concluiremos como Maritain: «... que o Progresso Necessário ao exprimir uma pretendida lei metafisicamente necessária ao domínio universal é essencialmente revolucionário e negativo. A Ideia mito do Progresso devora assim o progresso real» (2).

Procurando explicação científica no Transformismo e na Evolução — que também usam a maiúscula persuasiva — o Progresso Necessário e indefinido há-de desprezar sempre o passado e o presente, pelo simples facto de alimentar o desejo do que está para vir, do futuro melhor sempre previsto, numa ânsia bem concretizada nos devaneios poéticos de Lessing. Mas o mais dramático desta ideia absurda, é a imperiosa necessidade das convulsões violentas, como impulsos periódicos para a

sua caminhada pelos séculos fóra. Assim a missão do Progresso é destruir, destruir sempre, negando tudo. . . porque o melhor, o perfeito, estará sempre para vir, para alcançar. Ele é revolucionário na sua substância, destructivo nos seus efeitos, negativo nas conclusões a que leva.

Ao condenarmos o Progresso fantástico emanado da filosofia da Revolução, não queremos afirmar a má existência dum progresso que é visível e palpável, simplesmente damos o devido valor a uma ideia que há cem anos tem andado desvirtuada.

O progresso real é, como já se disse mais atrás, um movimento derivado do apetite da matéria pela forma conforme a lei da motação universal, impulsionado pelo desejo de conhecer, a grande faculdade racional do homem, que levou Aristoteles a classificá-lo como: *animal curiosus* e nunca uma lei de aperfeiçoamento interior da razão e do sentimento, à qual se estava fatalmente ligado. Progresso do conhecimento, derivado da observação e da experiência no campo dos fenómenos, que tanto nos pôde trazer benefícios materiais como malefícios — veja-se o incremento e aperfeiçoamento dos meios de destruição, físicos ou químicos — existe. Progresso Necessário e indefinido, saído de mentalidades patologicamente sonhadoras, que nos conduza a perfeição ideal, quere no individuo como na colectividade — não existe, é quimérico.

O poder de sugestão do Progresso está claramente explicado neste trecho de Léon Daudet: *Aquile que acredita neste idolo grosseiro, admite que o futuro será sempre mais belo que o presente, mas é sobretudo na illudida superioridade do presente sobre o passado, em todos os domínios, que constitue o fundo do culto e da delectação do catecúmeno* (1).

Propagado habilidosamente pelas sociedades de pensamento e pelas lojas, o Progresso tornou-se um idolo com inúmeros adoradores, mas adoradores inconscientes, presos ao seu feitiço pela mágica influencia da opinião, preparada, organizada e estimulada pelo arecpage da Enciclopédia, «que, como nos demonstra Cochin, *sem talento, sem rascos, sem intrigas perigosas e grosseiras, pela única virtude da sua união, a pequena cidade faz falar a seu gosto a opinião da grande, decidindo reputações e fazendo applaudir, se lhe são favoráveis, autores fastidiosos e péssimos livros*» (2). E d'este modo, penetrando insonavelmente no corpo social, os principios irrealis foram tomando preponderância na opinião geral, aproveitando a ignorância da maioria, substituindo a ideia religiosa pela sua metafísica racional-abstracta e constituindo-se numa teoria de mitos, divinição das pseudo-ideias de que nos fala Maritain.

A lei do Progresso Necessário e Indefinido, postulado primário, amplo e comodo é o mais acabado exemplo dessas pseudo-ideias, ideias-simbolos. É uma mistificação.

Franç-Paul LANGHANS

(1) J. Maritain — *Témoins*, págs. 124 e 125

(2) *Idem*, págs. 141 e 142

(3) Léon Daudet — *Le Siècle XIX<sup>ème</sup> siècle*, pág. 243, 3.<sup>o</sup> ed.

(4) Augustin Cochin — *Société de Pensée et Démocratie*, pág. 22

# Pragmática de D. João V

**E**IS aqui um documento que nos leva a fazer de D. João V um conceito muito diferente daquele que a história liberal tem propagado e conseguiu ver oficialmente aprovado nos manuais de ensino.

Creio não haver ninguém em Portugal que não saiba dizer que D. João V foi um gastador, um perdulário; todos falam no luxo excessivo da sua corte. Ora, justamente para combater o luxo e os gastos inúteis que nele se faziam, é que o monarca fez publicar a Pragmática a que vamos referir-nos, transcrevendo apenas a exposição justificativa.

Em toda a exposição é aparente o cuidado de zelar o bem comum, livrando os vassallos de despesas com «frívolos ornatos, que com um breve uso se consomem».

Esta Pragmática tem a data de 24 de Maio de 1749 e comprehende 31 capítulos.

A exposição justificativa é do teor seguinte:

«Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, daquem, e daquem mar, em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio de Estiopia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc.

Faço saber aos que esta Lei, e Pragmática virem, que pela obrigação, que tenho de atalhar os prejuizos aos meus Vassallos, não pude deixar de advertir com desprazer, quanto lhes tem sido pernicioso o luxo, que entre elles se tem introduzido de algum tempo a esta parte. Este foi sempre um dos males, que todo o sábio governo procurou impedir, como origem de ruina não só da fazenda, mas dos bons costumes; e contra elle se armou frequentemente a severidade das leis sumptuárias, para que evitando os povos a despesa, que melógravam em superfluidades, o Estado se mantivesse mais rico, e se não extraísse d'elle a troco de frívolos ornatos, que com um breve uso se consomem, a mais sólida substância, que convem conservar para estabilidade das suas forças, e aumento do seu comércio. Não se descuidou nesta parte o zelo dos Reis meus Predecessores, antes se opoz à desordem dos gastos com diversas pragmáticas, que enquanto foram observadas, deram a conhecer a grande utilidade, que resultava das suas providências: mas prevalecendo, como ordinariamente succede, a inclinação, e gosto das novidades, paulatinamente se foram pondo em esquecimento tam proveitosas disposições; e o dano, que vão experimentando os meus Vassallos, excita o meu paternal cuidado a procurar desarraigá-lo com eficazes remedios. Pelo que considerando novamente esta matéria, e ouvindo sobre ella pessoas prudentes, me pareceu extrair das antigas Pragmáticas, o que fôsse convenientemente observar-se conforme o presente estado, e circunstâncias, acrescentando o mais, que me pareceu a propósito, e declarar nos seguintes Capítulos, o que deverá inviolavelmente praticar-se ao diante a respeito dos vestidos, moveis, e outras despesas, e usos, que convem moderar, ou reformar.

# Jacinto, Príncipe da Grã-Ventura

1

**A**O ler, ultimamente, um notabilíssimo ensaio do grande Mestre que foi António Sardinha, sobre uma das figuras que Eça de Queiroz criou, veio-me à ideia, dentro da minha humildade, falar-lhes de Jacinto...

Lembrem-se ainda de Jacinto, senhor de opulenta fortuna, e de um nome que se perdia na poeira cerrada dos arquivos e na memória fiel dos linhagistas? Aquêlê que passejava o seu tédio constante pelas ruas de Paris e a quem os amigos, entre êles o amarável Zé Fernandes, em homenagem à felicidade com que a Providencia o bafejara, apelidavam risõhamente de Príncipe da Grã-Ventura?

Ah recordam, e certamente com piedosa saúde! O seu perfil gentilíssimo não esquece assim tão ingratamente!...

Eu ainda o conheci — não riam! — eu ainda o conheci — Já tarde, quando o tempo, inexoravelmente, lhe branqueava o cabelo e lhe ensugava mais o rosto — o seu rosto franco e aberto — a que o monóculo irreverente ainda emprestava umas fugidias reminiscencias daquêlê que fôra o Príncipe da Grã-Ventura — enfermo do mal do século ..

Eça de Queiroz evocou-nos, através da graça mágica do seu estilo, a vida do neto de D. Galvão, d'aquêlê fiel legitimista, voluntariamente exilado da sua Pátria, após os sucessos sinistros que destronaram D. Miguel e que tão desgraçadamente mudaram a feição caracteristicamente portugueza da nossa Terra.

Mas infelizmente Eça de Queiroz não pôde acompanhar a evolução completa do espirito do seu biografado. Deixou-o no seu solar de Tormes quando êle começava a saborear a felicidade do viver. Porque Jacinto — bem o sabem — só tarde conheceu, em toda a sua amplitude, os dominios da Grã-Ventura.

Jacinto foi uma vítima do seu tempo, do seu século; mas só contrário de muitos outros que não chegaram a libertar-se do meio em que viveram e dos mitos que lhes enevoavam o pensamento, limitando-o,

---

Porém nenhuma das disposições desta Lei se entenderá a respeito das Igrejas, e do culto Divino, para o qual continuarão livremente a fazer-se ornamentos, como dantes, por ser limitada demonstração, do que devemos às coisas sagradas, tudo, o que podemos empregar na sua decência, e riqueza. E sendo necessário para o uso das Igrejas, e seus ministros, alguma coisa, das que abaixo se proibe virem de fóra, se me dará parte, para que eu permita a entrada delas como julgar conveniente.

*Abrantes TAVARES*

o nosso Príncipe procurou encontrar-se, renegando o seu passado de desnorreamento mental.

Conheceu os sistemas; embrenhou-se nas ideias nefastas que empastavam o seu tempo de desvairamento; recolheu-se — asceta intelectual — entre os filósofos ricamente encadernados; e, por vezes abraçou em toda a sua plenitude, dando-lhes o melhor do seu espírito, as construções subtis de alguns especuladores. O nosso Príncipe chegou mesmo a construir um sistema filosófico!

Apaixou-se pelo sentido mental do século, e depois, quando começou a perceber a nostalgia da sua vida artificiosa e a mentira das ideias, deixou-se arrastar — sem resistência — na onda, deixou-se embalar pelo ritmo traiçoeiro — duvidando de tudo, scéptico, indiferente. Ele não era o culpado; os criminosos foram aqueles que o envenenaram. Foi o individualismo egoísta; foi o romantismo levado às suas últimas conseqüências, aos piores excessos. Foi essa *dissolução entusiástica da personalidade* (\*) — a frase é de Pierre Lasserre —; o triunfo pleno do desregramento espiritual, da indisciplina.

Baudelaire, satânico, doentio; os simbolistas, pedantes, estetas; os naturalistas, os criticistas — uma infinidade de escolas, um sem número de tendências heterogêneas, diversas. Todos êles sem culpa, sem pecado: produtos mórbidos duma época de desenfreado individualismo. Não procuravam na vida o rumo seguro que só pôde atingir-se quando existe a ânsia duma verdade absoluta, inútil, idêntica a si mesmo; não havia um fio condutor que os unisse e animasse, completando-os. Desconheciam que havia como há uma ordem no Universo, que impelle os homens para um ponto único que passa a meta do tangível.

Profundamente analíticos, ao começo, (depois desvairados) desprezavam a solução sintética, fecho do Problema. Fora duma disciplina rigorosa, ausentes dum sentido único, perderam-se nos arranjos estéticos; e sem saberem reagir ingressaram, aos poucos, nos perigosos e in-vios caminhos do Scépticismo, da Dúvida e — pior ainda — da Indiferença.

A angústia de Amiel e de Antero é o mais alto expoente d'êste século de dissolução.

O indiferentismo perante o problema da vida — das origens e do fim — foi o estado mais inquietante e aflitivo do tempo.

O horror de afirmar, o medo de afirmar — eis o pior mal. Não duvidam, sequer; se assim fôsse, isso seria ainda — sem paradoxo — uma afirmação: a afirmação da dúvida. Ou se perdiam no suicídio ou bocejavam de tédio como o nosso Jacinto, desprezando a vida, abominando-a. *«Não importa onde, não importa onde, desde que seja lóra d'êste mundo»* (†) — bradava, cheio de sofrimento e dôr o Poeta das *«Flôres do Mal»*.

E quando não chegavam a êste estado de exaltação compraziam-se, como Renan, num dilettantismo elegante, olhando, vendo, mas nunca afirmando. E as fórmulas de Stendhal — nocivo preceptor da geração — em que a todo o seu egoísmo, tôda a falta de caridade, de amor, eram-lhes queridas. *«Je ne compte que sur mon plaisir; j'accepte mon être; je suis l'Egoïste; je suis moi»* (‡).



## POLÍTICA

Eis o resultado de todos os ensinamentos que ao despontar do Renascimento começaram a invadir a inteligência, pervertendo-a e afastando-a da sua nobre missão.

O panorama geral era pouco animador. Na política: a aventura, o judaísmo, a plutocracia, a aristocracia do dinheiro, o abandono do trabalhador, todo esse cortejo apavorante de vícios individualistas que erguia (\*) como pendão de vitória a legenda de Luís Filipe: «*Bien que cai-rosa*».

*Républicas ou monarquias juniores* (†) — assim lhes chamava Oliveira Martins —, as duas formas de governação pública enfermavam do mesmo mal, porque o *bacilar* tinha a mesma origem desgraçada.

O sentimento da Pátria ia-se perdendo, ia desaparecendo do coração e da inteligência dos homens o significado elevadíssimo de Nação. Em Portugal proclamou-o a nobilíssima figura de Antero (\*). Na França o prosador simbolista Remy de Gourmont ao declarar, sem reboço algum, que na hipótese duma guerra com a França, preferia que morressem cem franceses imbecis a um estrangeiro com valor (†).

Negação da Pátria, abastardamento da inteligência, corrupção da sensibilidade — eis o painel desconsolador e triste do quasi agonizar do século XIX.

Foi assim que Zé Fernandes encontrou Jacinto, perdido e só no meio dum turbilhão de gente, numa das suas viagens a Paris.

O isolamento era total; e Jacinto no meio de todo o conforto do seu 200; possuindo todos os engenhos e máquinas que o homem tinha criado; sorvendo, aos goles, as ideias que resumavam dos livros mais recentemente aparecidos estava cheio de progresso, farto de civilização... Progresso? Como êle se enganava ao julgar por esta palavra a riqueza, o maior conforto material, e não a melhor formação interior, o contínuo esforço de aperfeiçoamento espiritual.

Tinham se repudiado as disciplinas tradicionais; decididamente o *senso não soprava do lado do Espírito*; a Razão com R grande entenebrecia a razão com r pequeno!

Faltava uma mística — fosse ela qual fosse — para dar equilíbrio e coesão à humanidade transformada. Por isso, porque lhe faltou um artilho seguro, uma Verdade a que se encostar, a geração de Jacinto deu nevróticos, mórbidos, transtornados. Não tinham um fim a atingir, nem uma estrada segura a percorrer. Vago e nuvens os cercavam; porisso caminhavam na vida (‡) sem norte, sem bússola... Não lhes tinham ensinado que para além do mundo sensível havia um Deus. Eles julgavam-se caminhando em terra firme, quando — pobres dêles! — viviam no transitório, no efêmero...

Que lhes importava governar ou ideias sãs, se êles viviam (‡)...

«*Touristes atravez da Vida*» (†) lhes chamou com evidente felicidade o neto de Rezani; *touristes* da vida porque não a viveram no contacto com ela mesma, elevando-se. Não a abraçaram, nem conheceram a direcção eterna da alma, por isso atraçaram a sua função de dirigentes, de mentores.





# “Do Valor e Sentido da Democracia,,

DOUTOR CABRAL DE MONCADA

1— Todas as concepções políticas *arboram em fins* primicias da vida humana certos valores considerados *a priori* como mais estimáveis entre todos e cuja realização elas procuram assegurar por um adequado sistema de governo ao qual cabe portanto a simples função de *meio*. Por outras palavras quer-se isto dizer que o primeiro problema político é um problema teleológico.

Umás vezes os valores religiosos, sociais e culturais são postos ao serviço dos valores da personalidade humana, considerados como os mais elevados de todos os fins em presença dos quais todos os outros conservam apenas uma importância secundária—e teremos uma *concepção personalista*. Outras vezes passam ao primeiro plano os valores sociais, religiosos ou culturais, que a si subordinam os valores da personalidade—e teremos uma *concepção transpersonalista*, que pode tornar o aspecto *social*, mais simples, o aspecto *social e providencialista*, essencialmente religioso, em que indivíduo e sociedade se integram num *fundo transcendente*, ou ainda o aspecto *cultural*, que neste momento pouco nos interessa.

A primeira é a concepção da democracia. Mas dentro dela são ainda possíveis dois métodos, dois ramos, dois planos diferentes de construção e daí resultam dois sistemas políticos tão afastados que difficilmente neles se reconhece o ponto de partida comum.

Ora o Sr. Doutor Cabral de Moncada começa precisamente por fixar e pôr em presença essas duas maneiras de realizar a democracia, esser dois métodos da ciência política, coordenando e ampliando doutrina exposta na *Nação Portuguesa*, em polémica brilhantemente sustentada com a *Sedra Nova*, que tão tristemente se conduziu no lance. Uma deduz abstratamente e pela simples força da razão, dos fins, inicialmente propostos, os meios da sua realização. Mas, porque os meios são *deduzidos*, revestem um caracter de *necessidade*, que os eleva ao mesmo plano dos fins e com elles os confunde. Daí resulta a forma rígida, a fixidez do sistema, assim engendrado. É o *democratismo* ou *demo-liberalismo*.

No outro método, fixados racionalmente os fins, à experiência histórica, à realidade humana e social se vão pedir os ensinamentos necessários para escolher os meios que mais adequadamente sirvam aqueles fins, isto é, assegurem a sua realização. De rígido só há aqui o princípio fundamental, de natureza propriamente ética. Tudo mais é contingente e meramente condicionalmente, capaz sempre, de correcção e de renôvo, e podendo o esforço do seu ajustamento aqueles fins tornar

um caracter nitidamente scientifico. E' o *demoisismo* ou *demoismo*. E o Sr. Doutor Moncada esclarece: «Por isso lhe chamamos uma *filia*, o que quer dizer um «amora», em opposição à primeira que sendo uma teoria já completa, uma *daxa*, se apresenta antes ou tende a apresentar-se como um dogmaa.

II— Todo o opúsculo de que nos estamos occupando — *Do Valor e Sentido da Democracia* — é consagrado à análise critica do *demo-liberalismo*.

Análise honestissima, escrupulosa e segura, que mergulha até à estrutura mais intima das coisas, e que nos patenteia nitidamente tóda a nervatura do sistema, todo o seu trajeamento e arranjo, sem a menor infidelidade ou omissão. Critica serena, de objectividade inexcedível, implacável e estagadora, precisamente porque se move sempre no plano elevado da especulação philosophica, e porque se dirige dominantemente ao valor das ideias democraticas como figurações do *real* e à própria viabilidade tadeica dos principios fundamentais da doutrina criticada. Critica tremenda, pela firmeza e vigor com que é conduzida, cujos estragos ninguem poderá reparar com o mesmo apurmo intelectual sem fraude ou sofisma.

Do edificio tantas vezes reputado pelos próprios adversários como impoecável, no aspecto doutrinario, não fica pedra sobre pedra.

Este trabalho admirável não tem equivalente na escassa biblioteca portugueza de philosophia politica. Pela natureza do assunto, pela inferioridade com que é tratado e até pela alta categoria intellectual do Autor, *Do Valor e Sentido da Democracia* vem oportunamente fechar um ciclo de cultura, o ciclo de *cultura* (?) democratica que há um século perverte a intelligencia portugueza com as suas falsas convenções e mitos grosseiros.

Nada me admira que muitos se recusem aceitar como suas as conclusões a que o raciocinio do Sr. Doutor Cabral de Moncada conduz irresistivelmente, neste primeiro opúsculo, todos os espiritos que de boa vontade acompanham a sua douta e magistral lição, pois que muitos a não hão-de entender. Não é leitura para o grande público, sobretudo para o grande público portuguez, absolutamente incapaz de seguir um debate philosophico desta natureza. Tudo o que não seja trovada burlesca de adjectivos declamatórios, ultrapassa a capacidade de apreensão das nossas modernas gerações, educadas na superficialidade folhetinesca que caracteriza as bastardas *congeminações* dos nossos pensadores dos últimos cem anos, e de que a lamaceira verbal do Sr. Leonardo Coimbra é simbolo suggestivo. Estou em crer que este aviltamento das intelligências é mesmo uma das mais desoladoras consequências da educação liberal e democratica.

Carlos PROENÇA

(Continúa)

# INTEGRALISMO LUSITANO

## Direcção da "Política,,

Como Presidente da Junta Escolar de Lisboa entendi dever assumir a direcção da «Política» afim de mais facilmente resolver alguns problemas que me preocupavam.

Resolvidos como já estão, aqui fica entregue a direcção da revista ao nosso camarada e amigo Pinto de Lemos, de cujas qualidades todos nós temos o direito de muito esperar e aqui ficam também os meus agradecimentos aos bons camaradas da redacção.

*J. Centeno CASTANHO*

---

## Junta Escolar de Coimbra

Foram nomeados pela J. P. B. M. para constituir a Junta Escolar de Coimbra os nossos queridos camaradas:

*João Uchac Chaves  
João Carneiro Pinto  
José Luis Saramago  
Alberto Pestana de Ornelas  
João Augusto Marques de Almeida  
Bernardino Augusto Rodrigues*

---

## Núcleo da Fac. de Letras de Lisboa

Pela J. E. L. foram nomeados para os logares do Núcleo da Fac. de Letras os nossos camaradas:

Pres. — *Dr. António de Almodovar*  
Vice-Pres. — *Dutra Faria*  
Secret. — *José de Almeida Carvalho*  
Vogais — *Manuel Gomes e Silva Leitão*

Abençamos os nossos camaradas, certos de que da sua acção novos frutos serão colhidos para o Integralismo.

# ao ritmo da ampulheta

## A COMEÇAR.

### 1 DE FEVEREIRO

Quando há vinte e três annos as lutas trágicas de dois brancos abastados como a dois javardos o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luiz Filipe, o clamor de agitações — as mais tóxicas, as mais insidiosas — incidiram sobre a nobilíssima figura d'esse Rei que foi um Rei. Agonas de entre a leira de ambição e covardia geral se destacou um homem que com valentia e desprezando a própria vida defendeu o seu amigo e patria justiça: era o Conde de Armas. Só é protestos.

A paixão que erguia os homens foi se desmanchando, e hoje, já quasi sem discrepância, todos fazem justiça a esse desventurado Monarca, que foi dos maiores que Portugal teve.

As reacções essa trágica tarde de 1 de Fevereiro, venham-se à tória o ambiente sombrio em que Portugal vivia. «Monarquia sem monarchicosos tinha dito de Portugal D. Carlos e confessamos-lhe que com toda a verdade. Se outros sintomas não existissem da vacuidade de ideias e pouca sinceridade de conscições bastaria, julgamos, o espectáculo desolador que se seguiu ao regicídio para nos obrigar a essa conclusão. Morro o Rei aquelles que são continuistas a perguntar contra os seus actos de monarchia e a insultar a sua memória, calaram-se, e não vêram como era de seu dever para a paço pública delectá-lo. Os filhos!

Nunca se soube, ou antes nunca se quis saber, que se fosse os mandatários do crime, a despeito do brado enférgico do Conde de Armas. Nunca oficialmente foi dito o nome d'elles; no entanto a história conhece-os e a história não tem medo. A história sabe quem foi que aproveitou com a sua morte e ela sabe tambem o nome daquelles que cínicamente fizeram a apologia dos assassinos ou inda em homenagem ao seu título ou crescendo miseráveis paulatinos que deveriam ser apreadidos. Foram d'esse que o mataram!

«Pulcra» ao passar mais um ann sobre essa sinistra data e evocando a memória d'esse grande Rei, pede uns prece por Ele e por seu infelizmente Filho.

### 31 DE JANEIRO

Foi no dia 31 de Janeiro de 1840 que o Porto se revoltou contra a Monarquia, pretendendo implantar a República.

Foi aquelles que calaram no campo da luta vai a nossa salidade. Ao contrário do que possam julgar os descendentes egóricos d'esses que se revoltaram — a maioria siestesos — nós não temos para d'elles palavras de delio, de injúria, de excomunição.

A Revolução de 31 de Janeiro nada tem a ver com a bella-dia ridicula (já o doce eufemismo) daquelles que depois vieram assentar arraisas no grande banquete demagógico. 31 de Janeiro foi um protesto contra os políticos; os homens do 31 de Janeiro queriam a República como reacção contra o liberalismo, queriam a República porque não conheciam ainda outro antidoto para as ideias liberais. Alisaram-se os intellectuaes republicanos de então; desde Henriquez Nogueiras a Sampaio Bruno, a Rocha Peixoto, a toda a pleiada da Portugalha.

Não quero isto dizer que se justifique o 31 de Janeiro, mas desculpá-lo.

Os homens que lhe deram origem fariam, se fossem vivos, o mesmo que Ramalho Oiticica curvo-se-iam perante as ideias novas.

Desalibemos a nossa salidade sobre os mortos do 31 de Janeiro.

## DIABRURAS

El Sol — o *luminoso e resplandente* astro que todos os dias, inclusivamente em tempo de bruma cerrada, nasce para os laços de Madrid, fez incidir últimamente em d'us seus numerosos raios sobre Portugal.

Mas devemos declarar que o raiu luminoso do luminoso Astro não conseguiu nem conseguir aquecer as terras lusas. Já de há muito que por aqui se sabe do que é capaz o El-Sol — terrível e fanigerado humulo daquelle que costuma dar luz ao planeta.

Este para dar luz — porfirássemos o dito de Junqueira — senta paciencia que lhe detursem fogo; e mesmo assim ainda duridamos que deixasse rasto luminoso porgar os miolos póbricos que por lá há se operiam a isso.

Este Sol sempre é muito potvencinho de luz, collidito!



# ao ritmo da ampulheta

## PARAISO TERRESTRE...

Não aspiere? Pois é verdade. Lá nos confins da Europa, paredes meias com a Ásia, há um país em que a liberdade é tão palpável e a igualdade tão digestível, que até os habitantes cegações de tão sideral repouso e aborrecidos das suas simbólicas que os ladeiam, pediram ao governo (já me esquecia: obae para ainda há governo?) que fizesse umas maldadezinhas para lhes quebrar essa monotonia da bondade perpetua.

E o governo accedeu. Ultimamente mandou fustilar perto de 50 intellectuais só porque elles tinham a trémida ousadia imperitente de pensar.

Pensar, para quê? Se eles vivem tão bem para que seerem as lachryações? Os maldadores, a pensarem!

E depois disto ainda há quem diga mal da Rússia bolchevista, catadivha! Os reaccionários deplam li li ver, observar a alegria do povo, estudar as suas coquelatas sociais...

Eles — que não são, porque o clima é pessimo, a não ser que essa baleia do mau clima seja stewarda dos reaccionários.

Mas, creiam, não vamos só por causa do clima; já com o Napoleão succedeu o mesmo.

E o que tem mais piada é que o Mundo não para...

## A «SEARA NOVA E A NORMALIDADE CONSTITUCIONAL

O nosso prezado colega de Coimbra «Acções transcreve os boadisthos de outro que vamos transcrever também.

Eis como a «Seara Nova» falava do período de plena normalidade constitucional, isto, a 1 por 1923-26:

em Março de 1923  
Conclua-se a vida do Estado e do país como até agora seria marchar depressa para a boacarrota, para a carência insulável, para a miséria extrema, para as consequências mais graves, sendo impossível que Portugal saia deste abismo com a pirâmide do seu domínio e soberania.

em Abril de 1924

Cada dia que passa vem confirmar a degradação moral e intellectual que a sociedade portuguesa atingiu... em 6 de Maio de 1920

E' impossível deixar por mais tempo a nossa metida nesta poça vergonhosa e mortal.

Os costumes pervertiram-se numa atmosfera de injustiças, de corrupções e de crimes.

## LIVROS A APARECER

*Nacionalismo Português* — Com este titulo deve apparecer brevemente mais um livro do nosso amigo e illustre escritor dr. João Azeite. E' um estudo sobre a evolução do pensamento contra-revolucionário em Portugal, que João Azeite escreveu propozionalmente para uma casa editora de Hespanha. Anticommunismo esperamos a outra obra de João Azeite, um dos mais claros espiritos do movimento integralista português.

— *Sangue* — Deve ser posta à venda par estes dias um romance — *Sangue* — do nosso amigo dr. Augusto P. Pires de Lima. De tendências nacionalistas e criticas o livro de Augusto Pires de Lima será uma afirmação das ideias que lhe nucleiam o espirito e das suas qualidades de escritor. De-sejamos ao livro de Augusto Pires de Lima o êxito de que lhe é merecedor.

— *De Vila de Merbans*. Aparecerá brevemente nos livrarias mais um livro póstumo do grande Mestre do Nacionalismo Português que foi António Sardinha.

Dizer do valor dos ensaios que o constituem seria pleonasmico, porque basta ser conhecido o nome do seu author — António Sardinha.

## ORDEM NOVA

Ante nossos amigos do brilhante semanário de Fafe «Ordem Nova», agradecemos a transcrição do artigo do nosso camarada António de Sousa Régio.



## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívis  
**Partos — Sífilis**

— — —  
**CONSULTAS**

Largo José Fontana, 12-2.º (de 16 horas)

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais  
Doenças das senhoras  
— — —  
**Partos. Cirurgia**

Tratamentos pelo rádio e electricidade  
AVENIDA DOS ALIADOS, 41 L.º - PORTO  
— TELEPHONE 4907 —

## MIRA DA SILVA

MÉDICO

Avenida Almirante Reis, 57-A, L.º  
**LISBOA**

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívis  
— — —  
**CONSULTAS**

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33-Tel. C. 2010  
A's 14 horas  
DAPUNDO: R. Paulo Duque  
A's 17,30 horas

Não há CAFÉ como o de

A

PAULISTANA

— — —  
À venda no

Largo de S. Domingos, 12 e na  
Av. F. Pereira de Melo, 52 52-B

## CASA DOS PANOS

A 1.ª casa da especialidade

Sortimento completo em

Panos brancos e Linhos  
Tecidos de côr para rou-  
pa de Senhora. Sarjas  
brancas, Sarjões crus.  
: : : : etc. : : : :

Serviço rápido de amostras para

**PROVINCIAS E ILHAS**

| Esquina da Rua de S. Julião |  
| 45, R. dos Fanqueiros, 49 |

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco Bandeira, 70 2.º  
TELEPHONE C. 642  
**L I S B O A**

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82. 2.º  
TELEPHONE NORTE 4033  
**LISBOA**

Antonio J. Freire

Clinica Médica-Psicothérapie

Consultório: Rua de St.ª Justa, 6, L.º  
Às 2.ª, 4.ª e 6.ª — Das 15 às 18 h.  
TELEPHONE TRINDADE 3584  
Residência: R. da Junqueira, 279, L.º  
TELEPHONE MELIM 471 — LISBOA

## DR. AMARAL PYRRAIT

MÉDICO

Consultório — Rua Archieta  
**LISBOA**

